



Juntos protegemos o que mais importa

Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. | CNPJ/MF nº 87.376.109/0001-06

Relatório do Conselho de Administração

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (Seguradora) submeteu à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício findo de 31 de dezembro de 2024.

Os documentos foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e referendados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). O modelo de publicação das Demonstrações Financeiras, bem como as informações apresentadas, segue os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021 e alterações posteriores.

A Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência
Com 13 anos de existência, a Zurich Santander é uma *joint venture* entre os Grupos Zurich e Santander, dois dos maiores conglomerados do mundo nos setores segurador e financeiro que juntos, acumulam mais de 200 anos de história. Uma parceria que combina a expertise global em seguros do Grupo Zurich com uma ampla rede de distribuição do Santander que está presente em cinco países Brasil, Argentina, Chile, Uruguai e México, além da sede em Madrid, na Espanha. Seu propósito é inovar diariamente para que as pessoas e seus projetos estejam protegidos, e o nosso setor cada vez mais humano e sustentável. Através do modelo de negócio de *bancassurance*, a Seguradora comercializa seguros de vida, prestamista, acidentes pessoais e outros produtos ligados às pessoas, além de oferecer planos de previdência privada nas modalidades Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) nos canais do Banco Santander (Brasil).

Conjuntura Econômica
Durante 2024, a inflação se manteve persistente devido a atividade econômica aquecida tanto no cenário global quanto no local, o que levou os Bancos Centrais a conduzirem uma política monetária mais restritiva, com taxas de juros ainda consideradas em patamares altos. No Brasil, os desafios fiscais representaram um fator significativo de percepção de risco pelo mercado, juntamente com as expectativas acerca da inflação, que foram consecutivamente revisadas para cima. No decorrer do ano, o Banco Central interrompeu o ciclo de afrouxamento monetário, a partir do final do terceiro trimestre, elevando a taxa básica de juros de 10,50% para 12,25%. As expectativas de mercado apontam para um crescimento de 3,49% no PIB em 2024.

Desempenho Econômico-Financeiro
No Brasil, a Seguradora possui 100% de participação no capital da Zurich Santander Brasil Seguros S.A. e 99% da Zurich Santander Brasil Odonto Ltda. A Seguradora registrou lucro líquido de R\$1,44 bilhão em dezembro de 2024 (R\$1,35 bilhão em

dezembro de 2023), patrimônio líquido de R\$3,22 bilhões em dezembro de 2024 (R\$3,47 bilhões em dezembro de 2023) e provisões técnicas de seguros e previdência de R\$108,02 bilhões em dezembro de 2024 (R\$93,23 bilhões em dezembro de 2023).

A principal estratégia é o crescimento dos negócios por meio do lançamento de produtos inovadores com soluções flexíveis adequadas às necessidades de cada cliente, contribuindo de maneira positiva com a sua proteção. Em paralelo, o objetivo da Seguradora é seguir impactando o desenvolvimento do mercado brasileiro de seguros, expandindo seus negócios, aumentando o volume em prêmios e mantendo sua forte atuação comercial, sempre com o foco na qualidade de atendimento, na experiência do cliente, na gestão de custos operativos e na solidez e transparência do balanço.

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos
Os acionistas têm direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido referente ao exercício, no mínimo 25%, conforme Lei nº 6.404/76. A Assembleia Anual dos Acionistas pode deliberar a declaração de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes do último balanço patrimonial anual ou semestral ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses – desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de lucro. Nestes casos, estes dividendos são incluídos integralmente aos dividendos obrigatórios. A Assembleia Geral poderá destinar a formação de reserva para equalização de dividendos, limitada ao valor do capital social tendo como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações. O objetivo é manter o fluxo de remuneração aos acionistas, sendo que uma vez atingido esse limite, poderá ocorrer deliberação sobre o saldo, procedendo a sua distribuição aos acionistas ou o aumento do capital social; e/ou reter parcela dos lucros visando atender as necessidades de aplicação de capital estipuladas no orçamento da Seguradora. Os lucros não destinados nos termos deste artigo deverão ser distribuídos como dividendos.

Sustentabilidade
A Zurich Santander tem uma estratégia de sustentabilidade que norteia suas práticas, objetivos, o planejamento estratégico e a tomada de decisão da companhia. Suas frentes de atuação são:

- Proposta de valor responsável: busca desenvolver produtos e serviços que ofereçam uma proposta de valor sustentável, atendendo às necessidades dos consumidores e da sociedade hoje e no futuro, e que, por consequência, sejam parte de negócios sustentáveis.
- Impacto na comunidade: promove ações de engajamento com as comunidades que a cerca como forma de potencializar o papel como agentes de apoio ao desenvolvimento econômico e social do país.
- Governança responsável: trabalha diariamente para colocar a sustentabilidade no centro das tomadas de decisão, construindo uma cultura de consciência ambiental, social e de governança (*ESG – Environmental, Social and Governance*) que possa gerar valor para os nossos *stakeholders*. Durante o ano de 2024, a Seguradora se manteve focada na implementação dos critérios definidos

pela Circular SUSEP nº 666/22 que definiu requisitos de sustentabilidade a serem atendidos pelas organizações do mercado segurador. Como parte desse processo, divulgou, de maneira antecipada ao prazo regulatório, o 1º Relatório de Sustentabilidade da Zurich Santander. A publicação apresentou suas políticas, processos e práticas que envolvem os aspectos ambientais, sociais e de governança, a gestão de riscos de sustentabilidade, o diálogo com os *stakeholders*, além da atuação em prol da proteção do meio ambiente.

No site www.zurichsantander.com.br é possível ter acesso ao documento, e à Política de Sustentabilidade que formaliza o compromisso com essa agenda, estabelece os princípios e as diretrizes para a gestão, reforçando os objetivos de desenvolver produtos e serviços alinhados às necessidades do consumidor e manter a geração de valor para os nossos *stakeholders*. Para seguir evoluindo na incorporação da sustentabilidade em seu dia a dia, a Seguradora manterá o acompanhamento de indicadores de gestão e o reporte público anual, através do seu Relatório de Sustentabilidade.

Lei Geral de Proteção de Dados do Brasil (LGPD)
A companhia mantém políticas, processos e controles alinhados à Lei Geral de Proteção de Dados do Brasil (LGPD), além do constante acurritamento interno sobre essa temática. Para dar suporte a essa atuação, há um Fórum de Segurança da Informação cuja missão é zelar pela governança dos temas relacionados segurança da informação, proteção e privacidade de dados, bem como supervisionar a adequação da Zurich Santander aos requisitos regulatórios.

Distribuição do Valor Adicionado
A Distribuição do Valor Adicionado do exercício de 2024 demonstra como os valores gerados pela Seguradora retornaram à sociedade. Do total de valor agregado pela Seguradora, R\$130 milhões foram distribuídos aos funcionários e administradores, por meio de pagamento de salários, benefícios e participações nos resultados. A remuneração do capital empregado pelos acionistas representa R\$1,44 bilhão. A parcela relativa ao Governo correspondente aos tributos, taxas e encargos sociais representaram R\$868 milhões. Aos participantes e segurados foram distribuídos R\$818 milhões da riqueza produzida, correspondentes aos excedentes financeiros gerados por conta da superação da garantia mínima contratual e o pagamento de indenizações e benefícios.

Agradecimentos
Agradecemos aos nossos clientes, acionistas e parceiros de negócios pela confiança em nossa administração bem como aos nossos colaboradores, por sua decisiva contribuição para a conquista dos resultados da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A..
São Paulo, 25 de fevereiro de 2025.

O Conselho de Administração
A Diretoria Executiva

Demonstração do Resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota Explicativa	2024	2023
Prêmios Emitidos	4.1.2	6.062.879	5.742.564
Contribuições para Cobertura de Riscos		37.833	39.715
Variações das Provisões Técnicas de Prêmios		(630.980)	(598.628)
Prêmios Ganhos	28.1	5.469.732	(5.803.651)
Sinistros Ocorridos	28.2	(838.161)	(850.959)
Custos de Aquisição	28.3	(2.939.633)	(2.714.354)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	28.4	(27.398)	(58.804)
Resultado com Operações de Resseguro		(27.184)	2.865
Recita com Resseguro		15.073	40.859
Despesa com Resseguro		(42.257)	(37.764)
Rendas de Contribuições e Prêmios		17.271,672	12.824,594
Constituição da Provisão de Benefícios a Conceder		(17.271,675)	(12.824,602)
Recetas de Contribuições e Prêmios de VGBL	(187)	(8)	(8)
Rendas com Taxas de Gestão e Outras Taxas		308,427	251,973
Varição de Outras Provisões Técnicas		160	(3,457)
Custos de Aquisição	28.3	(122,195)	(86,983)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	28.4	10,261	(8,806)
Resultado com Operações de Resseguro		(240)	(154)
Despesa com Resseguro		(240)	(154)
Despesas Administrativas	29.1	(346,645)	(352,243)
Despesas com Tributos	29.2	(282,927)	(252,554)
Resultado Financeiro	29.3	477,297	473,235
Resultado Patrimonial	29.4	351,601	300,003
Resultado Operacional	29.4	2.032,908	1.889,435
Ganhos ou Perdas com Ativos não Correntes		(86)	-
Resultados antes dos Impostos e Participações	29.5	2.032,822	1.889,435
Imposto de Renda	29.5	(347,164)	(310,679)
Contribuição Social	29.5	(218,892)	(199,030)
Participação nos Lucros	29.5	(20,890)	(21,881)
Lucro Líquido do Exercício	29.5	1.445,876	1.357,845
Operações de Ações (Mil)		11.251,175	11.251,175
Lucro por Ação – R\$		0,13	0,12

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	2024	2023
Lucro Líquido do Exercício	1.445,876	1.357,845
Outros Resultados Abrangentes	(366,293)	194,759
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(554,854)	300,505
Participação no Resultado Abrangente da Controlada	(33,381)	14,456
Efeitos Tributários sobre Ajustes de Avaliação Patrimonial	221,942	(120,202)
Resultado Abrangente do Exercício	1.079,583	1.552,904

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa Método Indireto dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota Explicativa	2024	2023
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido do Exercício		1.445,876	1.357,845
Ajustes para:	(7,221)	(296,278)	(296,278)
Depreciações e Amortizações		23,499	38,211
Reversão da Perda por Redução do Valor Recuperável dos Ativos	28.4	1,375	(1,546)
Constituição de Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	21.3	86,035	44,845
Resultado de Participação em Controlada	29.4	(351,601)	(304,003)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10.4	238,247	(73,785)
Outros		(4,776)	-
Varição nas Contas Patrimoniais:	247,090	490,164	490,164
Ativos Financeiros		(14,322,456)	(12,391,556)
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros		(440,834)	(397,163)
Créditos das Operações com Previdência Complementar		328	151
Ativos de Resseguro e Retrocessão		2,878	9,087
Outros Créditos Operacionais		13,766	52,610
Títulos e Créditos a Receber		(6,041)	10,831
Créditos Fiscais e Previdenciários		(241,653)	83,400
Depósitos Judiciais e Fiscais		(24,126)	(39,340)
Outros Valores e Bens		(8,580)	2,739
Despesas Antecipadas		(1,616)	385
Custos de Aquisição Diferidos		(363,398)	(398,864)
Impostos e Contribuições		642,551	595,449
Obrigações a Pagar e Outras Contas a Pagar		(433)	(7,471)
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros		171,373	48,908
Débitos de Operações com Previdência Complementar		39,274	72,611
Depósitos de Terceiros		(3,069)	6,293
Provisões Técnicas – Seguros		13,473,694	11,059,810
Provisões Técnicas – Previdência Complementar		1,316,585	1,790,038
Provisões Judiciais		(6,305)	(5,344)
Outros Passivos		5,162	(2,408)
Caixa Líquido Gerado pelas Operações	1.685,745	1.551,731	1.551,731
Impostos de Renda e Contribuição Social Sobre Lucro Pago Recebimento de Dividendos		(638,135)	(595,146)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	1.047,610	956,585	956,585
Atividades de Investimentos			
Aquisição de Imobilizado		-	(493)
Aquisição de Intangível	15.2	(27,669)	(29,716)
Alienação de Intangível	15.2	14,132	-
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	(13,537)	(30,254)	(30,254)
Atividades de Financiamento			
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(1,320,000)	(1,150,000)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento	(1.320,000)	(1.150,000)	(1.150,000)
Aumento/Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	34,073	(23,669)	(23,669)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	55,491	79,160	79,160
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	89,564	55,491	55,491

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto Operacional

A Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (Seguradora), está domiciliada na Avenida Jornalista Roberto Marinho, 85 – 20ª Andar – Cidade Monções – São Paulo-SP e opera em todas as regiões do país. Seu objetivo consiste na comercialização das operações de seguros de pessoas, bem como planos de pecúlio e rendas da previdência privada aberta. O Capital Social da Seguradora é constituído por 11.251.174,951 ações ordinárias, controlada pela Zurich Santander Holding (Spain), SL, com 99,58%, a Zurich Latin America Holding, SL-Sociedad Unipersonal com 0,21% e os acionistas minoritários com 0,21% das ações. A Zurich Santander Holding (Spain), SL é constituída por 9.427.677 ações ordinárias e tem como acionistas a Zurich Santander Insurance America, SL com 51% e pelo Banco Santander Spain com 49% das ações.

2 Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), que incluem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), referendados pela SUSEP através da Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores.

2.1. Base de Demonstração
As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios em curso normal e compreendem o balanço patrimonial, demonstração de resultado, demonstração do resultado abrangente, demonstração da mutação do patrimônio líquido e demonstração do fluxo de caixa e as respectivas notas explicativas.

2.2. Moeda Funcional
A moeda do ambiente econômico principal no qual a Seguradora utiliza na preparação das demonstrações financeiras é o Real (R\$). Exceto quando expressamente mencionado, os valores estão apresentados em milhares de reais, arredondados para a casa decimal mais próxima.

2.3. Estimativas e Julgamentos
A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pela SUSEP, exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos e passivos, bem como os montantes divulgados de receitas e despesas durante os exercícios. Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em acordo com os CPCs e são as melhores estimativas realizadas em conformidade com as normas aplicáveis. As estimativas e julgamentos são avaliados em base contínua, considerando a experiência passada e outros fatores significativos. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

a) Intangível (Nota 15.2) – Ação pago por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*). Por ter vida útil indefinida, é submetido à teste de recuperabilidade (*impairment*), anualmente, ou quando houver evidência de redução do seu valor recuperável. O cálculo do teste de recuperabilidade foi efetuado com base, principalmente, nas premissas de fluxo de caixa futuro descontado considerando as projeções do orçamento interno e planos de crescimento da Administração conjuntamente com a taxa de crescimento relacionada à inflação de longo prazo e taxa de desconto conforme metodologia CAMP (*Capital Asset Pricing Model*). Em dezembro de 2024 e dezembro de 2023 não houve indicação de redução ao valor recuperável dos ativos.

b) Provisões Técnicas de Seguros e Previdência Complementar (Nota 24) – As provisões técnicas são passivos decorrentes de obrigações da Seguradora para com os seus segurados e participantes. A determinação do valor do passivo depende de inúmeras incertezas inerentes às coberturas dos contratos de seguros e previdência, tais como premissas de persistência, mortalidade, invalidez, longevidade, morbidade, despesas, frequência de sinistros, severidade, conversão em rendas, resgates e rentabilidade sobre ativos. As estimativas dessas premissas baseiam-se na experiência histórica da Seguradora, *benchmarks* de mercado, normativos regulatórios e na experiência do atuário, que busca convergir às melhores práticas do mercado e objetiva a revisão contínua do passivo. Ajustes resultantes dessas melhorias contínuas, quando necessários, são reconhecidos no resultado do respectivo exercício.

c) Provisões Judiciais (Nota 21.2) – A Seguradora revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas, levando em consideração o parecer de assessores legais, de forma que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

d) Créditos Tributários e Previdenciários (Nota 10) – Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação às diferenças temporárias na medida em que se considera provável que a Seguradora irá gerar lucro tributável futuro para a sua utilização. A realização esperada do crédito tributário da Seguradora é baseada na projeção de natureza de cada diferença temporária. Para os ativos fiscais diferidos constituídos sobre as provisões com contingências tributárias, foram consultados os escritórios externos para validação da expectativa de trânsito em julgado.

e) Classificação das Aplicações Financeiras (Nota 5.1) – O valor justo de um instrumento financeiro em uma determinada data é interpretado como o valor pelo qual ele pode ser comprado ou vendido naquela data por duas partes bem-informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo ("preço cotado" ou "preço de mercado"). Caso não exista preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, a entidade deve utilizar técnicas de avaliação que sejam apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo,

maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. O modelo de perdas esperadas (*Expected Credit Losses – ECL*) é aplicado para o reconhecimento de perdas por imparidade, levando em conta modelos de informações prospectivas e o horizonte temporal das perdas esperadas.

O impacto da ECL na Seguradora para o exercício de 2023, com a adoção da Norma, foi de R\$4.776 contabilizado na linha de Lucro Acumulado no Patrimônio Líquido e apresentado na Demonstração do Fluxo de Caixa Indireto na linha Outros. Para o exercício de 2024 a contabilização segue o fluxo normal das Normas vigentes.

2.4. Aprovação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2025.

2.5. Normas e Interpretações que Ainda Não Estão em Vigor

CPC 50 – IFRS 17 – Contratos de Seguros
Publicado em 2014, foi emitido em maio de 2017 pelo IASB para substituir o IFRS 4. O IFRS 17 prevê que os passivos da Seguradora sejam mensurados a valor justo e forneçam uma abordagem mais uniforme de mensuração e apresentação para todos os contratos de seguros. O IFRS 17 passou a vigorar em 01 de janeiro de 2023, todavia a norma ainda não foi aprovada pela SUSEP. Em 27 de dezembro de 2024, foi publicada a Lei nº 15.079 para tratar da adequação do Brasil às regulamentações internacionais de Pillar 2. Essa legislação prevê um adicional da alíquota de CSLL, para as empresas que tiverem alíquota efetiva inferior a 15%. Nas empresas do Grupo Zurich Santander, não é esperada a aplicação desse adicional, devido a alta alíquota efetiva dessas companhias. Para os impactos operacionais, o Mercado Segurador está avaliando a possível criação de nova obrigação acessória pela Receita Federal para reporte desses dados.

3 Resumo das Principais Políticas Contábeis Materiais

As principais políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas nos itens abaixo.

A segregação entre curto e longo prazo é realizada através da expectativa de realização para o ativo ou passivo não operacional avaliado ou baseado na vigência da aplicação, para os ativos e passivos operacionais.

3.1. Contratos de Seguros

De acordo com as determinações contidas no CPC 11, contrato de seguro é um contrato em que o emissor aceita um risco de seguro significativo da contraparte concordando em compensá-lo se um evento futuro incerto específico o afetar adversamente. Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final de sua vida mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados.

3.1.1. Prêmios de Seguros

Os prêmios de seguros são contabilizados pela emissão da apólice ou no decorrer do período de vigência dos contratos na proporção do valor de proteção de seguro fornecido, e são contabilizados como receita na Demonstração do Resultado na rubrica Prêmios Emitidos. Se há evidência de perda pelo valor recuperável relacionado aos recebíveis de prêmios de seguros, a Seguradora constitui uma redução ao valor recuperável suficiente para cobrir tal perda com base em estudo próprio, considerando a média de perdas realizadas, os prêmios cancelados e os riscos decorridos.

3.1.2. Contribuição de Previdência

As contribuições de riscos de previdência complementar são registradas pela emissão do risco e apropriadas ao resultado quando no momento de sua emissão dos respectivos certificados, independentemente dos recebimentos. As contribuições para planos de previdência complementar e produtos Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) e Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL) são emitidos/reconhecidos quando de seu efetivo recebimento.

3.1.3. Tábuas, Taxas de Carregamento e de Juros

Os produtos de acumulação atualmente comercializados pela Seguradora utilizam para precificação as Tábuas de Sobrevivência BR-EMS e planos com renda certa, aplicada sobre as vendas novas, taxa de juros 0% a.a. e carregamentos 0%.

3.1.4. Resseguros

Os prêmios de resseguro são contabilizados e apresentados na rubrica Resultado com Operações de Resseguros na Demonstração do Resultado.

Por ser uma seguradora de varejo, que comercializa produtos através do canal bancário, a Seguradora, não tem por característica assumir grandes riscos, havendo uma grande pulverização de riscos e distribuição em baixos valores de importância segurada. Sendo assim, adota em sua política de riscos de subscrição, o repasse do risco ao Ressegurador Local visando a proteção da carteira nos capitais mais elevados.

Esses contratos de resseguros permitem a recuperação de uma parcela dos sinistros junto ao Ressegurador Local, embora não liberem o cedente da obrigação principal dos riscos de objeto do resseguro, expondo o mesmo ao risco de crédito. As operações de prêmios emitidos de resseguro em dezembro de 2024 e dezembro de 2023 estão representadas pela Mapre RE (*Rating A*) concedido pela A.M. Best). O diferimento do prêmio de resseguro é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro, sendo reconhecidos linearmente em período de 12 meses.

Os ativos e passivos financeiros decorrentes dos contratos de resseguro são baixados com base na prestação de contas que é



SEGUROS E PREVIDÊNCIA BRASIL

Juntos protegemos o que mais importa

Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. | CNPJ/MF nº 87.376.109/0001-06

... continuação Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Modelo de Negócios

O objetivo do modelo de negócios é custear os passivos de contratos de seguro. Para alcançar esse objetivo, a entidade recebe fluxos de caixa contratuais à medida que vencem e vendem ativos financeiros para manter o perfil desejado da carteira de ativos. Dessa forma, tanto o recebimento de fluxos de caixa contratuais, quanto a venda de ativos financeiros, são partes integrantes do cumprimento do objetivo do modelo de negócios. O modelo de negócios definido pela administração e formalizado em política interna como mantido para receber fluxos de caixa contratuais para venda. Os ativos financeiros da Seguradora também são submetidos ao teste de pagamento de principal e de juros (também referido como teste de *SPPI – Solely Payments of Principal & Interest*) conforme estabelecido pela norma e essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, ou seja, será aplicado o modelo de negócios VJR para o ativo.

Redução ao Valor Recuperável de Ativos Financeiros

A Seguradora implementou o modelo de perda esperada de crédito (modelo três estágios) para mensuração da redução ao valor recuperável dos ativos financeiros (instrumentos de dívida) não detidos pelo valor justo por meio de resultado. Este novo modelo requer reconhecimento de perdas esperadas ao longo da vida dos ativos financeiros. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito, para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

3.3. Investimentos

Os investimentos em controladas estão avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

3.4. Imobilizado

O imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os ganhos ou perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na Demonstração do Resultado na rubrica Ganhos ou Perdas com Ativos não Correntes.

3.5. Intangível

Os gastos com desenvolvimento de *software* são reconhecidos como ativos intangíveis inicialmente ao custo, desde que seja evidenciado a geração de benefícios econômicos futuros e a intenção e capacidade da Seguradora em concluir o seu desenvolvimento. Na Seguradora os ativos intangíveis estão representados majoritariamente pelo *ágio*, que representa o excesso entre o custo de uma aquisição e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data da aquisição. Estão classificados como ativos de vida útil indefinida e foram avaliados sem índice de *impairment*. A Seguradora possui um contrato de *Upfront*, resultado de sua parceria com o Banco Santander (Brasil) com o objetivo de incrementar as vendas, ampliar e aplicar melhorias nos canais de vendas. A amortização é calculada e reconhecida em resultado com base no método linear. A composição do ativo intangível está apresentada na Nota 15.2.

3.6. Imposto de Renda e Contribuição Social

Existem dois componentes na provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social: corrente e diferido. O imposto Corrente é o imposto a ser pago ou recuperado no período aplicável e é registrado no Balanço Patrimonial nas rubricas Impostos e Encargos Sociais a Recolher e Créditos Tributários e Previdenciários, respectivamente. O imposto Diferido é representado pelo crédito tributário e a obrigação fiscal diferida é obtida pelas diferenças entre as bases de cálculos contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício. Os Créditos Tributários somente são reconhecidos quando for provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação.

Os Créditos Tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial nas rubricas Títulos e Créditos a Receber – Créditos Tributários e Previdenciários e Contas a Pagar – Tributos Diferidos, respectivamente.

O imposto de Renda é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre a parcela do lucro real tributável acima de R\$ 240 mil, e a Contribuição Social calculada à alíquota de 15%, conforme a legislação vigente pertinente a cada encargo.

3.7. Provisões Técnicas

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com a Resolução CNSP nº 432/21 e alterações posteriores, Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores, juntamente com documentos de orientações ao mercado disponibilizados pela SUSEP, e estão classificadas em: (a) Pessoas, (b) Vida Individual e (c) Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL) e as provisões técnicas de previdência complementar em: (a) Planos não Bloqueados e (b) Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL).

3.7.1. Provisão de Prêmios Não Ganhos – PPNG

A provisão de prêmios não ganhos é constituída pela parcela do prêmio comercial, líquida de cosseguro cedido, correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método *“pro-rata die”* tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. Conforme a Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores, no período entre a emissão e o início de vigência, o cálculo da provisão é efetuado considerando o período de vigência igual ao prazo de vigência do risco. A provisão para riscos vigentes mas não emitidos (PPNG-RVNE) é calculada pela Seguradora com base no comportamento histórico das emissões em atraso, em conformidade com a Nota Técnica Atuarial (NTA).

3.7.2. Provisão de Sinistros a Liquidar – PSL

Processos Administrativos: é constituída por estimativa de pagamentos prováveis, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até o encerramento do exercício.

Processos Judiciais: é calculada verificando-se o risco a partir da análise da demanda judicial, atendendo-se a risco de cada uma das demandas trazidas à apreciação, o valor pedido e o valor sugerido, levando-se em consideração a probabilidade do desembolso financeiro e atualização monetária dos processos. Todas as análises e avaliações são realizadas nos departamentos jurídico interno e externos da Seguradora, que levam em consideração o caso concreto e a jurisprudência envolvendo o tema. A estimativa de um valor confiável de desembolso envolve também a atribuição de graus de certeza no desfecho de uma ação, ou seja, de acordo com as chances de perda. As probabilidades de perdas são classificadas como prováveis, possíveis e remotas.

3.7.3. Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados – IBNR

A provisão de IBNR é constituída com base em Nota Técnica Atuarial (NTA), considerando a estimativa histórica entre as datas de ocorrência e de movimentação dos sinistros, de acordo com as normas da SUSEP. A metodologia baseia-se em fatores de desenvolvimento obtidos através de triângulos de sinistros incorridos juntamente com os sinistros movimentados (IBNR Global), bem como o comportamento esperado de sinistralidade.

O resultado apurado pelo triângulo, contabilizado como IBNR reflete os movimentos dos sinistros já ocorridos e não avisados, já o IBNR são as provisões de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados, que refletem os montantes dos valores observados com base na aplicação do Teste de Consistência, contabilizados no grupo SUSEP de PSL.

Caso a sinistralidade contabilizada, considerando os valores de IBNR Global apurados conforme acima descrito, esteja num patamar atípico do comportamento esperado, a Seguradora poderá adotar o ajuste *Bornhuetter-Ferguson*.

3.7.4. Provisão de Excedente Técnico – PET

A Provisão de Excedente Técnico é constituída para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávits técnicos e operacionais, conforme previsto em regulamento ou contrato.

3.7.5. Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e Concedidos – PMBaC e PMBC

A PMBaC é constituída a partir das contribuições arrecadadas líquidas de carregamento e outros encargos aplicados, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em cotas de fundos de investimentos especialmente constituídos. A PMBC representa as obrigações assumidas sob a forma de planos de renda continuada, sendo constituída através de cálculo atuarial para os planos dos tipos tradicional e planos de previdência complementar – Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) e de Vida Geradores de Benefícios Livres (VGBL). Os encargos financeiros incidentes sobre essas provisões técnicas, quando aplicável, são apresentados na rubrica “Despesas Financeiras”.

3.7.6. Provisão de Despesas Relacionadas a Produtos Estruturados em Regime Financeiro de Capitalização ou Repartição de Capitais por Cobertura – PDR ou PDC

A PDR ou PDC deverá ser constituída para a cobertura das despesas marginais diretamente relacionadas aos pagamentos de indenizações, benefícios e resgates relativos a coberturas estruturadas em regime financeiro de repartição simples, regime financeiro de capitalização ou regime financeiro de repartição de capitais por cobertura, respectivamente.

3.7.7. Provisão de Excedente Financeiro – PEF

A Provisão de Excedente Financeiro corresponde ao resultado financeiro excedente à rentabilidade mínima garantida, repassando-o aos contratos com cláusula de participação de excedente financeiro.

3.7.8. Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar – PVR

Abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, as devoluções de contribuições ou prêmios ou as portabilidades solicitadas que estão em processo de liquidação financeira e os valores relativos a rendas vencidas e não pagas.

3.7.9. Teste de Adequação de Passivos – TAP

Em conformidade com a Circular SUSEP nº 648/21 e suas alterações posteriores, a Seguradora realizou o Teste de Adequação de Passivos (TAP) para todos os contratos que atendem à definição de contrato de seguro segundo o CPC 11 e que estavam vigentes na data de execução do teste. Este teste verifica se as provisões técnicas registradas, líquidas de custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis relacionados, estão adequadas às estimativas correntes dos fluxos de caixa futuros dos contratos e certificados vigentes na data-base desta demonstração. O teste é elaborado semestralmente utilizando métodos estatísticos e atuariais baseados em premissas relativas que refletem a experiência da Seguradora. Para os produtos de previdência e seguros em regime de capitalização, o teste considera a projeção de resgates, cancelamentos, contribuições, conversão em renda, despesas, taxa de administração e excedentes financeiros, quando aplicáveis. Para os produtos de seguros em regime de repartição, o teste considera a projeção de sinistros, taxa de persistência, resseguro, comissões e despesas. Os fluxos de caixa foram estimados com periodicidade mensal tanto para a carteira de seguros quanto de previdência. Para a realização do teste, as linhas de negócios com características de risco semelhantes foram agrupadas, sendo segregadas pelos grupos de contratos de Pessoas e Previdência.

A sinistralidade é apurada com base no histórico da Seguradora para cada segmento ou linha de negócio e, para produtos afetados a cobertura de morte, é calculada utilizando a tábua BR-EMS 2021, conforme a Circular SUSEP nº 623/21. Para a projeção das despesas administrativas, foi adotado o percentual observado de despesas em relação à receita futura projetada para cada grupo de produtos. Para o desdoto dos fluxos de caixa projetados, foi utilizada a Estrutura a Termo da Taxa de Juros Livre de Risco (ETTJ), elaborada pela SUSEP. O Teste de Adequação de Passivos (TAP), realizado para a data-base de 31 de dezembro de 2024, apresentou um resultado superavitário de R\$ 3.095.048 para o grupo de contratos de Pessoas e R\$226.893 para previdência.

3.8. Provisões e Passivos Contingentes

Com base no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as provisões são reconhecidas pela Seguradora quando da existência de uma obrigação presente, legal ou não formalizada, resultante de um evento passado, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação supracitada, baseada numa estimativa confiável do valor da obrigação.

As provisões para contingências são baseadas nas avaliações de risco de perda efetuadas pelos assessores jurídicos da Seguradora nos processos judiciais em que a Seguradora seja ré. As ações judiciais são avaliadas e, o risco de perda são estimados conforme os seguintes critérios, concomitantemente:

- I – O direito invocado encontra-se amparado na norma jurídica vigente;
- II – Analisando-se todo o conjunto probatório será suficiente para amparar o pedido e;
- III – A existência de precedentes, permitindo confrontar decisões favoráveis e desfavoráveis bem como argumentos que sirvam de suporte a tais julgados.

Após avaliadas, as ações judiciais são classificadas de acordo com o grau de risco de perda para a Seguradora; tais como: perda remota, perda possível e perda provável. Com base nessas classificações entende-se que:

- Perda provável: há decisão judicial parcial ou totalmente desfavorável aos interesses da empresa.
- Perda possível: ainda não há decisão judicial, mas é possível que a mesma venha a ser contrária aos interesses da empresa.
- Perda remota: há decisão judicial favorável aos interesses da empresa ou a obrigação já foi devidamente cumprida.

Finalmente, ao ser prolatada decisão judicial que tenha impacto direto no valor contenciado, o desenvolvimento deverá ser imediatamente revisto, de forma a adequar-se à nova orientação, alterando-se o risco progressivamente para a sua efetiva perda.

3.9. Benefícios aos Colaboradores – Plano de Benefícios aos Colaboradores

A Seguradora é patrocinadora do plano de previdência privada, sendo o plano oferecido e administrado pela própria Seguradora, para seus colaboradores e administradores. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento destinado a essa finalidade com predominância em renda fixa. Os aportes mensais são calculados com base no salário base de contribuição do participante.

A Seguradora não tem a obrigação legal ou construída de pagar contribuições adicionais dadas que os benefícios estão limitados às reservas constituídas no período corrente e em períodos anteriores. As contribuições efetuadas são reconhecidas sob a rubrica “Despesas Administrativas” na demonstração do resultado.

3.10. Resultado

O resultado do exercício é apurado pelo regime de competência. Os prêmios de seguros, deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguros e as comissões correspondentes são registrados quando da emissão das respectivas apólices/certificados/endossos e futuras, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão

da provisão de prêmios não ganhos (PPNG) e dos custos de aquisição diferidos (CAD). As operações de resseguro cedido são contabilizadas com base nas informações recebidas das Resseguradoras.

As contribuições de planos previdenciários e os prêmios de seguros de vida com cobertura por sobrevivência são reconhecidos no resultado no momento da emissão dos certificados, exceto as receitas de contribuição de previdência complementar para cobertura de risco, os quais são registrados pelo período da vigência, independente do seu recebimento.

4 | Gestão de Riscos

A Seguradora está exposta aos seguintes riscos: Riscos de Seguros, Riscos Financeiros, Risco Operacional e Risco Estratégico. De acordo com a natureza e materialidade de cada risco, a Seguradora exerce seu gerenciamento, tanto de maneira individual, quanto de forma integrada, monitorando o valor dos seus negócios.

Para tal, a Seguradora possui uma robusta estrutura de gestão de riscos que reflete o seu tamanho, natureza e complexidade.

Esta estrutura é baseada no modelo de três linhas de defesa, que apresenta as diretrizes para a efetiva gestão de riscos e as melhores práticas de governança corporativa, além dos requerimentos regulatórios dispostos na Resolução CNSP nº 416/21 e alterações posteriores.

Nesse processo, as áreas de Negócios e Operacionais são responsáveis pela primeira linha de defesa, cabendo a elas a identificação, mitigação e gerenciamento dos riscos no dia a dia das suas próprias operações. A segunda linha de defesa é representada pela área de Riscos, Controles Internos, Compliance e Governança. A Diretoria de Riscos e Controles Internos é liderada pelo *Chief Risk Officer*, o qual é responsável por proporcionar uma visão clara, coesa e especializada quanto às aderências às políticas internas e externas definidas para os negócios, desde a identificação/diagnóstico dos riscos, até o acompanhamento dos planos de ação junto às áreas. O CRO se reporta diretamente à Diretoria Regional de Riscos e Controles Internos localizada na Matriz Espanhola, gerando assim a independência da área de Gestão de Riscos e Controles Internos. A terceira linha de defesa está relacionada à função de Auditoria Interna, visando fornecer avaliações independentes sobre as atividades desenvolvidas, a efetividade dos controles e o cumprimento das normas internas e regulamentações em vigor.

Especificamente para os Riscos Estratégicos, a Seguradora possui metodologia própria, que abrange desde a identificação até o acompanhamento dos planos de ação. Tal metodologia visa proteger a estratégia de negócios, garantindo a sustentabilidade da Seguradora e a manutenção dos seus produtos e serviços. A Seguradora periodicamente quantifica os riscos aos quais está exposta, identificando se tais riscos estão aderentes aos limites estabelecidos e se estão dentro do apetite de risco estabelecido para a Seguradora. Em caso de descumprimento ao apetite, as medidas previstas na Política de Gestão de Riscos da Seguradora serão adotadas de maneira tempestiva, para que não haja impacto significativo no seu desempenho econômico e financeiro.

4.1. Riscos de Seguros

4.1.1. Contrato de Seguro

O Risco de Seguro pode ser definido como sendo um risco transferido do segurado para a seguradora por qualquer contrato que exista a incerteza de ocorrência de um evento (sinistro) e onde haja incerteza sobre o valor de indenização. Todas as áreas envolvidas no processo agem ativamente sobre a gestão de riscos de seguros, definição de políticas operacionais e avaliação de processos.

A Seguradora possui contratos com obrigações futuras de devolver certos montantes de “excedente técnico” de acordo com índices de sinistralidade, contudo nestes contratos não há participações discricionárias, uma vez que estas obrigações estão destacadas no contrato.

A Seguradora tem suas vendas concentradas principalmente nos produtos de Seguros Vida, Acidentes Pessoais e Prestamistia e na comercialização de Planos de Previdência (VGBL e PGBL), com foco exclusivo nos clientes correntistas do Banco Santander (Brasil). Portanto, os perfis financeiro e social dos clientes são previamente conhecidos, sendo possível estabelecer uma política de aceitação com conhecimento prévio dos riscos.

4.1.2. Risco de Seguro

As principais coberturas operadas são de morte por qualquer causa, morte acidental, invalidez por acidente e invalidez funcional por doença. Modelos atuariais são utilizados para mensurar o risco de seguro na precificação e no dimensionamento das provisões. Um dos componentes do risco de seguro é a frequência e a severidade dos eventos cobertos serem maiores que o esperado. Esses eventos são quase que na sua totalidade eventos biométricos tais como mortalidade e invalidez.

4.1.2. Risco de Subscrição

O Risco de Subscrição consiste principalmente dos riscos de emissão e de reserva de sinistros. A política de subscrição da Seguradora leva em conta o apetite do risco e a estratégia de crescimento de todos os segmentos em que atua. As regras adotadas para subscrição e precificação são definidas durante o desenvolvimento dos produtos e revistas sempre que necessário. Monitora-se métricas de controle do risco de subscrição para avaliar a aderência do preço e da política de subscrição previamente estabelecidas para medir o sucesso da estratégia e tomar medidas para mitigar possíveis oscilações.

4.1.4. Tabela de Desenvolvimento de Sinistros

Ano de Ocorrência

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Incorridos	394.868	478.050	550.452	582.333	618.676	712.352	847.734	1.390.835	972.099	932.281	940.496
Até a data-base	425.479	477.126	562.492	600.914	623.686	705.889	879.217	1.335.355	945.514	898.973	—
Um ano mais tarde	435.962	486.688	573.892	621.169	633.812	746.178	906.132	1.377.765	974.515	—	—
Dois anos mais tarde	442.258	503.695	594.000	632.193	660.599	774.858	923.258	1.391.293	—	—	—
Três anos mais tarde	442.785	511.051	603.325	654.114	666.640	782.233	926.871	—	—	—	—
Quatro anos mais tarde	450.023	514.113	625.296	670.677	675.610	786.092	—	—	—	—	—
Cinco anos mais tarde	452.509	525.122	645.780	677.904	681.356	—	—	—	—	—	—
Seis anos mais tarde	461.130	546.234	650.436	681.468	—	—	—	—	—	—	—
Oito anos mais tarde	470.046	544.842	653.118	—	—	—	—	—	—	—	—
Nove anos mais tarde	475.604	545.043	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Dez anos mais tarde	475.801	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Posição em 31/12/2024	475.801	545.043	653.118	681.468	681.356	786.092	926.871	1.391.293	974.515	898.973	940.496
Diferença com Aviso Inicial	(90.933)	(66.993)	(102.666)	(99.135)	(62.680)	(73.740)	(79.137)	(458)	(2.416)	33.308	—
Pagamentos de Sinistros Efetuados	(459.521)	(526.306)	(621.956)	(650.033)	(653.284)	(757.099)	(875.274)	(1.312.166)	(906.703)	(829.311)	(701.551)
Provisão de Sinistros em 31/12/2024 (I)	16.280	18.737	31.162	31.435	28.072	28.993	51.597	79.127	67.812	69.662	238.945

PSL antes 2014 (II)

IBNeR (III)

IBNeR (IV)

Provisão de Sinistros (I + II + III + IV)

Ano de Ocorrência

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Incorridos	376.300	471.484	548.213	570.881	606.545	704.705	835.261	1.359.517	921.240	893.736	891.707
Até a data-base	416.153	471.669	559.744	593.022	611.660	699.258	857.715	1.304.698	899.825	863.549	—
Um ano mais tarde	426.601	481.566	571.192	613.002	621.618	739.797	882.071	1.344.251	929.211	—	—
Dois anos mais tarde	432.410	498.505	590.695	624.108	648.599	768.675	897.873	1.357.459	—	—	—
Três anos mais tarde	433.174	505.658	600.601	646.028	653.547	775.388	901.440	—	—	—	—
Quatro anos mais tarde	440.197	508.578	622.976	662.337	660.016	779.247	—	—	—	—	—
Cinco anos mais tarde	442.304	519.584	643.008	667.500	665.762	—	—	—	—	—	—
Seis anos mais tarde	450.895	539.380	647.572	668.272	—	—	—	—	—	—	—
Oito anos mais tarde	459.793	537.982	650.291	—	—	—	—	—	—	—	—
Nove anos mais tarde	464.793	538.345	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Dez anos mais tarde	464.864	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Posição em 31/12/2024	464.864	538.345	650.291	668.272	665.762	779.247	901.440	1.357.459	929.211	863.549	891.707
Diferença com Aviso Inicial	(88.534)	(66.861)	(102.078)	(97.391)	(59.217)	(74.542)	(66.179)	2.058	(7.971)	30.187	—
Pagamentos de Sinistros Efetuados	(449.274)	(520.717)	(619.212)	(640.994)	(638.173)	(750.256)	(857.229)	(1.285.371)	(862.322)	(798.538)	(666.137)
Provisão de Sinistros em 31/12/2024 (I)	15.590	17.628	31.0								



Juntos protegemos o que mais importa

Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. | CNPJ/MF nº 87.376.109/0001-06

... continuação Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

dados segundo o fluxo contratual de caixa.

	2024				
	Até 1 ano	Acima de 1 até 5 anos	Acima de 5 até 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Ativos Financeiros – Valor Justo por Meio de Resultado (VJR)	20.172.358	64.844.620	11.907.290	2.895.301	99.619.569
Cotas de Fundos de Investimento Exclusivos	20.004.503	64.644.620	11.907.290	2.895.301	99.451.714
Cotas de Fundos de Investimento Abertos	1.345	–	–	–	1.345
Títulos de Renda Variável	152.978	–	–	–	152.978
Outras Aplicações	13.532	–	–	–	13.532
Ativos Financeiros – Valor Justo por Meio de Outros Resultados					
Abrangentes (VJORA)	419.577	2.911.409	724.190	658.655	4.713.831
Títulos de Renda Fixa Públicos	205.083	2.665.678	620.227	648.180	4.139.168
Títulos de Renda Fixa Privados	214.494	245.731	103.963	10.475	574.663
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros	2.013.924	790.905	–	–	2.804.829
Prêmios a Receber de Segurados	2.004.628	790.317	–	–	2.794.945
Valores a Receber de Seguradoras	2.740	588	–	–	3.328
Valores a Receber de Resseguradoras	6.556	–	–	–	6.556
Créditos das Operações de Previdência	521	–	–	–	521
Valores a Receber	521	–	–	–	521
Custos de Aquisição Diferidos	2.290.950	1.670.588	214.459	5.193	4.181.190
Outros Créditos Operacionais	64.570	–	–	–	64.570
Ativos de Resseguro e Retrocessão	17.259	22.720	–	–	39.979
Caixa e Equivalentes de Caixa	89.564	–	–	–	89.564
Total dos Ativos Financeiros	25.068.723	70.040.242	12.845.939	3.559.149	111.514.053
Provisões Técnicas	20.226.238	42.778.076	24.373.719	20.639.049	108.017.082
Passivos Financeiros	1.931.905	81.786	–	–	2.013.691
Contas a Pagar	193.806	7.000	–	–	200.806
Débitos das Operações com Seguros e Resseguros	1.572.422	39	–	–	1.572.461
Débitos das Operações com Previdência Complementar	113.785	74.747	–	–	188.532
Depósito de Terceiros	51.892	–	–	–	51.892
Total dos Passivos Financeiros	22.158.143	42.859.862	24.373.719	20.639.049	110.030.773

	2023				
	Até 1 ano	Acima de 1 até 5 anos	Acima de 5 até 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Ativos Financeiros – Valor Justo por Meio de Resultado (VJR)	29.202.899	51.818.022	1.819.419	2.582.810	85.423.150
Cotas de Fundos de Investimento Exclusivos	29.201.684	51.818.022	1.819.419	2.582.810	85.421.935
Cotas de Fundos de Investimento Abertos	1.215	–	–	–	1.215
Títulos de Renda Fixa Públicos	–	–	–	–	–
Ativos Financeiros – Valor Justo por Meio de Outros Resultados					
Abrangentes (VJORA)	1.545.944	2.174.040	684.908	737.746	5.142.638
Títulos de Renda Fixa Públicos	1.231.507	1.794.437	584.887	713.521	4.324.352
Títulos de Renda Fixa Privados	138.919	379.603	100.021	24.225	642.768
Títulos de Renda Variável	157.043	–	–	–	157.043
Outras Aplicações	18.475	–	–	–	18.475
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros	1.896.020	469.350	–	–	2.365.370
Prêmios a Receber de Segurados	1.865.734	468.762	–	–	2.334.496
Valores a Receber de Seguradoras	5.061	588	–	–	5.649
Valores a Receber de Resseguradoras	25.225	–	–	–	25.225
Créditos das Operações de Previdência	849	–	–	–	849
Valores a Receber	849	–	–	–	849
Custos de Aquisição Diferidos	2.011.582	1.705.044	96.220	4.946	3.817.792
Outros Créditos Operacionais	78.336	–	–	–	78.336
Ativos de Resseguro e Retrocessão	18.581	24.276	–	–	42.857
Caixa e Equivalentes de Caixa	55.491	–	–	–	55.491
Total dos Ativos Financeiros	34.809.702	56.190.732	2.600.547	3.325.502	96.926.483
Provisões Técnicas	17.865.792	37.714.650	22.028.330	15.618.031	93.226.803
Passivos Financeiros	1.692.707	93.118	–	–	1.785.825
Contas a Pagar	150.777	29.741	–	–	180.518
Débitos das Operações com Seguros e Resseguros	1.400.995	93	–	–	1.401.088
Débitos das Operações com Previdência Complementar	85.974	63.284	–	–	149.258
Depósito de Terceiros	54.961	–	–	–	54.961
Total dos Passivos Financeiros	19.558.499	37.807.768	22.028.330	15.618.031	95.012.628

4.3. Risco Operacional

Risco Operacional é o risco de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrente de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se o risco estratégico e de reputação. A gestão dos riscos operacionais e controles internos busca aprimorar a eficácia da prevenção, identificação e mitigação dos riscos, a redução dos eventos relevantes e de perdas operacionais e o alinhamento destas práticas ao ambiente de controle interno estabelecido. A Seguradora utiliza metodologia própria para gestão desse risco, considerando também o SAOR (Self-Assessment of Operational Risks) como principal ferramenta oferecida pelo Grupo Zurich para identificar e avaliar junto às áreas de negócio sobre possíveis riscos operacionais. De igual forma, essa metodologia auxilia e orienta as áreas na descrição e monitoramento dos seus controles internos. Se materializada alguma perda operacional, esta é imediatamente incorporada ao Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO), o qual cumpre os requisitos integrais da Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores. A captura das informações é feita pela coleta de dados com as áreas, e a gestão do dado permite a Seguradora o desenvolvimento de estratégias com menor risco. A gestão da BDPO é feita pela área de Riscos e Controles Internos.

4.4. Risco Estratégico

O Risco Estratégico é relevante e monitorado ativamente dentro da Seguradora. É definido como a possibilidade de perdas decorrentes de mudanças adversas no ambiente de negócios ou regulatório, bem como a utilização de premissas inadequadas na tomada de decisão. A Seguradora utiliza a metodologia global do Grupo Zurich, denominada TRP (Total Risk Profiling), para identificar, avaliar, gerenciar e monitorar riscos estratégicos que ameçam a capacidade da Seguradora em atingir seus objetivos. Anualmente, a Seguradora realiza um exercício de identificação dos riscos estratégicos com a alta Administração, bem como com a elaboração de planos de ação de acompanhamento e monitoramento destes riscos. O gerenciamento dos planos de ação é feito de forma recorrente pela estrutura de Riscos e Controles Internos, por meio do acompanhamento e discussões com as áreas de negócios e os principais executivos da Seguradora. Caso haja necessidade, é realizado a reclassificação do nível do risco identificado, bem como a identificação de um eventual novo risco. Esta identificação ocorre anualmente, porém seus planos de ação são monitorados trimestralmente pela área de Riscos, mas nada impede que um risco identificado pontualmente durante o ano seja discutido com os gestores e incluído na matriz. Este é um processo ativo na Seguradora.

4.5. Gestão de Capital

A Gestão do Capital considera os níveis regulatórios e econômicos. O objetivo é alcançar uma estrutura de capital eficiente nos termos de custos e compliance, cumprindo os requerimentos do órgão regulador e contribuindo para atingir as metas e expectativas dos investidores. O gerenciamento de capital inclui a gestão da política de pagamento de dividendos, a devolução do capital investido aos acionistas, aumento de capital através da emissão de ações, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos. A fim de gerar adequadamente o capital, é essencial estimar e analisar futuras necessidades, em antecipação das várias fases do ciclo de negócio. Projeções de capital regulatório e econômico são feitas baseadas em projeções financeiras e em cenários macroeconômicos estimados pelo serviço de pesquisa econômica. Estas estimativas são utilizadas pela Seguradora como referência para o plano de ações gerenciais necessário para atingir seus objetivos. Os ajustes associados à variação dos valores econômicos estão apresentados líquidos dos efeitos tributários de IRPJ e CSLL conforme disposto na Resolução CNSP nº 432/21 e alterações posteriores. A suficiência de capital equivale à R\$817.100 em dezembro de 2024 e R\$1.344.043 em dezembro de 2023. A seguir detalhamos o cálculo do patrimônio líquido ajustado.

	2024			2023		
	PLA	Ajuste	Ajuste do PLA	PLA	Ajuste	Ajuste do PLA
Patrimônio Líquido			3.221.036	3.466.230		
(I) Ajustes Contábeis			(1.650.895)	(1.407.499)		
Participação em Sociedades Financeiras e não Financeiras, Nacionais ou no Exterior			(315.168)	(316.948)		
Despesas Antecipadas			(6.355)	(4.739)		
Créditos Tributários de Diferenças Temporárias que Excederem 15% do CMR			(225.795)	–		
Ativos Intangíveis			(922.560)	(932.385)		
Custos de Aquisição Diferidos não Diretamente Relacionados à PPNG			(181.017)	(153.427)		
(II) Ajustes Associados à Variação dos Valores Econômicos			891.493	732.303		
Superávit entre Provisões e Fluxo Realista de Prêmios/Contribuições Registradas			(486.665)	(341.696)		
(III) Ajustes de Qualidade de Cobertura do CMR			1.974.969	2.449.338		
Máximo 50% serão Cobertos pela Soma do PLA de Nível 2 e do PLA de Nível 3			(486.665)	(341.696)		
Patrimônio Líquido Ajustado (a)			1.157.869	1.105.295		
Capital Mínimo Requerido (b) = maior entre (c) e (d)			1.157.869	1.105.295		
Capital Base (c)			15.000	15.000		
Capital de Risco (d)			1.157.869	1.105.295		
Capital de Risco de Subscrição			971.681	881.156		
Capital de Risco de Crédito			82.880	82.481		
Capital de Risco Operacional			86.414	74.581		
Capital de Risco de Mercado			167.587	273.377		
Benefício da Diversificação			(150.693)	(206.300)		
Suficiência de Capital (a-b)			617.100	1.344.043		

	2024			2023		
	PLA	Ajuste	Ajuste do PLA	PLA	Ajuste	Ajuste do PLA
Níveis de PLA						
Nível 1	1.396.035	–	1.396.035	1.896.690	–	1.896.690
Nível 2	891.493	(312.559)	578.934	732.303	(179.655)	552.648
Nível 3	174.106	(174.106)	–	162.041	(162.041)	–
Total	2.461.634	(486.665)	1.974.969	2.791.034	(341.696)	2.449.338

5 Aplicações Financeiras

5.1. Classificação das Aplicações Financeiras

A classificação e composição das aplicações financeiras estão detalhadas no quadro a seguir. O portfólio classificado como valor justo por meio de resultado está apresentado no Ativo Circulante. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Seguradora utiliza dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em níveis hierárquicos baseados nas informações utilizadas nas técnicas de avaliações descritas na nota 3.2.2.

	Hierar-	Taxa de Juros Contratada	Percentual da Carteira	Em até 1 Ano ou Indeterminado	Acima de 1 até 5 Anos	Acima de 5 até 10 Anos	Acima de 10 Anos	Redução ao Valor Recuperável	Valor Contábil	Custo Atualizado
Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)			100%	423.876	2.915.136	727.859	661.386	(14.426)	4.713.831	5.221.332
Títulos Públicos				208.737	2.668.302	623.543	650.911	(12.326)	4.139.167	4.616.066
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	Nível 1	IPCA + 5,29% a.a.	11%	17.686	174.656	66.014	279.342	(1.751)	535.947	619.940
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B – PIP	Nível 1	IPCA + 5,29% a.a.	10%	–	45.729	34.936	371.569	(1.506)	450.728	534.018
Notas do Tesouro Nacional – NTN-C	Nível 1	IGPM + 4,76% a.a.	0%	–	–	17.873	–	(84)	17.789	19.513
Notas do Tesouro Nacional – NTN-F	Nível 1	9,90% (Pré Fixada)	22%	–	841.197	183.548	–	(3.196)	1.021.549	1.162.098
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	Nível 1	100% Selic	9%	188.627	220.248	–	–	(1.038)	407.837	409.023
Letras do Tesouro Nacional – LTN	Nível 1	11,53% (Pré Fixada)	36%	2.424	1.386.472	321.172	–	(4.751)	1.705.317	1.871.474
Títulos Privados				215.139	246.834	104.316	10.475	(2.100)	574.664	605.266
Letras Financeiras – LF	Nível 2	7,70% (Pré Fixada)	8%	173.560	200.210	–	–	(481)	373.289	382.081
Debêntures	Nível 2	4%	41.579	46.624	104.316	10.475	(1.619)	201.375	223.185	
Valor Justo por Meio de Resultado (VJR)			100%	20.172.358	64.844.620	11.907.290	2.895.301	–	99.619.569	99,619,569
Títulos Privados				1.345	–	–	–	–	1.345	1.345
Cotas de Fundos de Investimentos	Nível 2	0%	–	–	–	–	–	–	1.345	1.345
Renda Variável				152.978	–	–	–	–	152.978	152,978
Ações	Nível 1	0%	–	–	–	–	–	–	152.978	152.978
Outras Aplicações (Nota 31)				13.532	–	–	–	–	13,532	13,532
Cotas de Fundos Exclusivos – Garantidores de Planos de Benefícios – PGBL/VGBL	Nível 2	100%	20.004.503	64.644.620	11.907.290	2.895.301	–	–	99.451.714	99,451,714
Títulos Públicos				10.538.192	49.075.214	8.720.994	1.287.658	–	69.622.058	69,622,058
Títulos de Renda Fixa – NTN-B				9.167.315	1.346.076	377.123	1.287.658	–	12.178.172	12,178,172
Títulos de Renda Fixa – NTN-C				–	–	22.498	–	–	22.498	22,498
Títulos de Renda Fixa – NTN-F				20.658	26.798	10.716	–	–	58.172	58,172
Títulos de Renda Fixa – LFT				334.832	47.683.522	7.734.858	–	–	55.753.212	55,753,212
Títulos de Renda Fixa – LTN				1.015.387	18.818	575.799	–	–	1.610.004	1,610,004
Títulos Privados				8.879.337	15.569.406	3.186.296	1.607.643	–</		

... continuação Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

10 Créditos Tributários e Previdenciários

	2024	2023
Créditos Tributários (a)	399.476	161.229
IRPJ e CSLL a Compensar – Temporários	36.632	21.118
Imposto de Renda na Fonte	849	1.230
Antecipação do Imposto de Renda	35.326	45.911
Antecipação de Contribuição Social	16.315	17.457
Total	488.598	246.945

a) Natureza dos Créditos Tributários

	Saldo 2023	Constituição	Realização	Saldo 2024
Provisão para Contingências Cíveis	8.622	378	-	9.000
Provisão para Contingências Fiscais	124.372	31.087	-	155.459
Provisão para Contingências Trabalhistas	3.043	121	-	3.164
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos de Valor Justo por Meio de Outros Resultados	-	-	-	-
Abrangentes (VJORA)/Perda de Crédito Esperado (ECL) (i)	-	209.517	-	209.517
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	7.876	575	-	8.451
Outras Provisões e Ajustes Temporários	17.316	-	(3.431)	13.885
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	161.229	241.678	(3.431)	399.476

	Saldo 2022	Constituição	Realização	Saldo 2023
Provisão para Contingências Cíveis	8.064	558	-	8.622
Provisão para Contingências Fiscais	109.680	14.692	-	124.372
Provisão para Contingências Trabalhistas	2.688	355	-	3.043
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos de Valor Justo por Meio de Outros Resultados	-	-	-	-
Abrangentes (VJORA)/Perda de Crédito Esperado (ECL)	95.491	-	(95.491)	-
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	7.820	56	-	7.876
Outras Provisões e Ajustes Temporários	11.271	6.045	-	17.316
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	235.014	21.706	(95.491)	161.229

(i) A Seguradora realizou a constituição de diferido tributário sobre perda de crédito esperado (ECL) a partir de 2024

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

	2025	2026	2027	2028	Total
IRPJ	83.242	101.072	63.833	1.525	249.672
CSLL	49.945	80.643	38.300	916	149.804
Total	133.187	161.715	102.133	2.441	399.476

11 Outros Créditos

	2024	2023
Adiantamentos a Funcionários	481	507
Outros Créditos	15.012	6.229
Total	15.493	6.736

12 Depósitos Judiciais e Fiscais

	2024	2023
Sinistros	34.335	41.137
Fiscais	335.418	303.600
Trabalhistas	1.238	2.128
Cíveis	-	97
(-) Redução ao Valor Recuperável	-	(97)
Total	370.991	346.865

13 Custos de Aquisição Diferidos

13.1. Custos de Aquisição Diferidos – Seguros e Previdência

Os custos de aquisição diferidos referentes a operações de seguros e previdência são registrados no ativo circulante e não circulante, e estão assim compostos:

Ramos	Corretagem	Agenciamento	RVNE	Total	Corretagem	Agenciamento	RVNE	Total
Prestamista	1.648.693	451.997	17.728	2.118.418	1.869.894	446.582	11.751	2.328.227
Vida em Grupo	119	633.212	2.089	635.420	87	524.098	2.714	526.899
Acidentes Pessoais – Coletivo	343.132	612.874	4.313	960.319	80.243	481.442	3.598	565.283
Auxílio Funeral	30	142.778	602	143.410	23	121.501	1.040	122.564
Doenças Graves	16	79.537	210	79.763	11	61.677	371	62.059
Eventos Aleatórios	10	40.194	126	40.330	7	26.788	261	27.056
Vida Produtor Rural	14.676	6.820	689	22.185	13.257	14.645	4.354	32.256
Dermis Ramos	327	-	-	327	257	-	-	257
Previdência	-	181.018	-	181.018	-	153.191	-	153.191
Total	2.007.003	2.148.430	25.757	4.181.190	1.963.779	1.829.924	24.089	3.817.792

13.2. Movimentação dos Custos de Aquisição Diferidos

A movimentação dos custos de aquisição diferidos está assim apresentada:

	Corretagem	Agenciamento	RVNE	Total	Corretagem	Agenciamento	RVNE	Total
Saldo no Início do Exercício	1.963.779	1.829.924	24.089	3.817.792	1.789.382	1.609.890	19.656	3.418.928
Constituições	1.642.553	2.134.710	139.097	3.916.360	1.364.358	1.976.795	87.216	3.428.369
Amortizações	(1.599.329)	(1.816.204)	(137.429)	(3.552.962)	(1.189.961)	(1.756.761)	(82.783)	(3.029.505)
Saldo no Final do Exercício	2.007.003	2.148.430	25.757	4.181.190	1.963.779	1.829.924	24.089	3.817.792

14 Outros Valores e Bens

	Saldo 2023	Reconhecimento Inicial	Despesa de Amortização	Outros	Saldo 2024
Ativo de Arrendamento (i)	688	13.315	(4.349)	-	9.654
Ativo Mantido a Venda	812	-	-	(386)	426
Total	1.500	13.315	(4.349)	(386)	10.080

	Saldo 2022	Reconhecimento Inicial	Despesa de Amortização	Outros	Saldo 2023
Ativo de Arrendamento (i)	3.299	111	(2.722)	-	688
Ativo Mantido a Venda	812	-	-	-	812
Outros	128	-	-	(128)	-
Total	4.239	111	(2.722)	(128)	1.500

(i) O ativo de direito de uso é composto pelo contrato de aluguel das instalações da Seguradora e o contrato de leasing dos veículos, em atendimento ao CPC 06 (R2). Em janeiro de 2024 foi fechado um contrato de leasing de veículos e em abril de 2024 foi renovado o contrato de aluguel das instalações.

15 Investimento e Intangível

15.1. Investimento – Participações Societárias

A Seguradora participa em 100% no capital social das controladas Zurich Santander Brasil Seguros S.A. e 99% da Zurich Santander Brasil Odonto Ltda. Os resultados das equivalências patrimoniais estão assim apresentados:

Participações	Controlada				Controladora				
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	
Zurich Santander Brasil Seguros S.A.	100%	279.643	283.586	349.427	298.048	279.643	283.586	349.427	298.048
Zurich Santander Brasil Odonto Ltda.	99%	35.894	33.709	2.195	6.017	35.525	33.362	2.174	5.955
Total		315.537	317.295	351.622	304.065	315.168	316.948	351.601	304.003

15.2. Intangível

A movimentação do intangível está assim apresentada:

	Saldo	Amortização	Residual	Aquisições	Baixas	Amortização	Saldo	
Outros Intangíveis	97.735	(35.342)	62.393	27.669	(14.132)	(23.362)	52.568	
Sistema de Computação	3 a 5 anos	68.854	(17.082)	49.772	27.669	(14.132)	(11.907)	51.402
Upfront	3 anos	30.881	(18.260)	12.621	-	(11.455)	1.166	
Agios de Incorporação	Indefinido	869.992	-	869.992	-	-	869.992	
Real Tokio Marine Vida e Previdência S.A. (RTMVP)		434.810	-	434.810	-	-	434.810	
ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par)		434.810	-	434.810	-	-	434.810	
Banco Comercial e de Investimento Sudameris S.A. (BCIS)		372	-	372	-	-	372	
Total do Intangível	967.727	(35.342)	932.385	27.669	(14.132)	(23.362)	922.560	

O agio registrado está sujeito ao teste de impairment uma vez ao ano, ou em menor período, caso seja identificada evidência de redução do seu valor recuperável.

Tendo em vista a continuidade das operações, o horizonte de projeção se estenderia ao infinito ou por prazos muito longos. Nesse cenário, a prática é aplicar a projeção por alguns anos, de acordo com a característica do negócio, e ao fim desse exercício, adicionar um valor terminal.

A projeção foi realizada pelo período de 05 anos. O valor terminal foi calculado com base em um fluxo de caixa futuro perpétuo, baseado no valor normalizado do fluxo de caixa operacional do último ano projetado. O teste foi realizado em 30 de setembro de 2024 e está de acordo para as demonstrações financeiras de dezembro de 2024.

Principais Premissas

	2024
Base de Avaliação	Fluxo de Caixa Descontado
Período das Projeções do Fluxo de Caixa (1)	05 anos
Taxa de Crescimento (2)	60,00%
Taxa de Desconto (3)	14,75%

(1) As projeções de Fluxo de Caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da Administração;

(2) As projeções consideraram o crescimento referente à inflação de longo prazo;

(3) A taxa de desconto foi projetada de acordo com a metodologia do CAPM (Capital Asset Pricing Model), em termos nominais ao ano.

16 Contas a Pagar

As obrigações a pagar, registradas no passivo circulante, estão assim compostas:

16.1. Obrigações a Pagar

	2024	2023
Fornecedores	24.725	8.187
Dividendos e Bonificações	738	569
Participações nos Lucros a Pagar	21.128	19.689
Outros	38	-
Total	46.629	28.445

16.2. Impostos e Encargos Sociais a Recolher

	2024	2023
Impostos Federais Retidos de Terceiros	61.935	49.106
Contribuições Previdenciárias e FGTS	2.317	1.516
IOF sobre Operações de Seguros	10.782	9.126
Impostos Municipais Retidos de Terceiros	2.369	2.421
Total	77.403	62.169

16.3. Encargos Trabalhistas

	2024	2023
Férias a Pagar	7.943	7.400
Total	7.943	7.400

16.4. Impostos e Contribuições

	2024	2023
COFINS	21.811	18.012
PIS	3.544	2.927
Total	25.355	20.939

16.5. Outras Contas a Pagar

	2024	2023
Prestação de Serviços a Pagar	14.146	8.699
Obrigações com Folha de Pagamento	57	57
Provisão para Desenvolvimento de Sistemas	691	2.196
Outras Contas a Pagar	28.582	25.778
Total	43.476	36.854

17 Prêmios a Restituir

	2024	2023
Prestamista	132.270	162.165
Vida em Grupo	637	611
Acidentes Pessoais – Coletivos	491	885
Vida Produtor Rural	615	548
Total	134.013	164.209

18 Operações com Seguradoras

	2024	2023
Prêmios de Cosseguo Cedido	16.493	20.487
Total	16.493	20.487

19 Operações com Resseguradoras

	2024	2023
Prêmios de Resseguro Cedido	21.232	16.259
Total	21.232	16.259

20 Corretores de Seguros e Resseguros

	2024	2023
Prestamista	9.884	9.283
Vida em Grupo	2.279	4.958
Acidentes Pessoais – Coletivos	4.609	5.380
Auxílio Funeral	640	1.409
Doenças Graves	221	562
Eventos Aleatórios	133	351
Vida Produtor Rural	732	7.740
Dermis Ramos	6	96
Total	18.504	29.779

21 Outros Débitos

A composição de Outros Débitos está assim apresentada:

21.1. Débitos Diversos

Débitos Diversos são constituídos pelos Passivos de Arrendamentos em atendimento ao CPC 06 (R2) e referem-se exclusivamente ao contrato de aluguel.

	Saldo 2023	Constituição	Despesa de Juros	Pagamentos	Saldo 2024
Passivo de Arrendamento	601	7.904	274	(3.016)	5.763
Total	601	7.904	274	(3.016)	5.763

	Saldo 2022	Constituição	Despesa de Juros	Pagamentos	Saldo 2023
Passivo de Arrendamento	3.009	111	588	(3.107)	601
Total	3.009	111	588	(3.107)	601

21.2. Provisões Judiciais

A composição de Provisões Judiciais está assim apresentada:

	2024	2023
Contingências Fiscais	397.236	318.851
Contingências Trabalhistas	7.909	7.607
Contingências Cíveis	22.501	21.458
Total	427.646	347.916

21.3. Movimentação das Provisões Judiciais

	2024			2023		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo no Início do Exercício	318.851	7.607	21.458	281.633	6.719	20.063
Constituição Líquida de Reversão	78.385	593	7.057	86.035	37.351	1.352
Baixa por Pagamentos	-	(291)	(6.014)	(6.305)	(133)	(464)
Saldo no Final do Exercício	397.236	7.909	22.501	427.646	318.851	21.458

Obr



Juntos protegemos o que mais importa

Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. | CNPJ/MF nº 87.376.109/0001-06

... continuação Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	2024	2023
Saldo no Início do Exercício	5.805.100	6.928.851
Constituições Decorrentes de Prêmios	5.767.480	5.767.480
Diferimento pelo Risco Decorrido	(5.173.103)	—
Aviso de Sinistros	—	—
Pagamento de Sinistros/Benefícios	—	1.714.817
Ajuste de Estimativa de Sinistros	—	(715.266)
Atualização Monetária e Juros	—	(345.736)
Baixas	—	59.955
Outras Constituições	7.591	(690.114)
Outras Reversões	(3.122)	(84.338)
Saldo no Final do Exercício	6.403.946	478.385

24.5. Discriminação das Provisões de Sinistros Judiciais
As provisões de sinistros judiciais são constituídas com base em estudo próprio onde determina o registro de 100% das ações com base na Importância Segurada variando o percentual de acordo com a probabilidade de perda, sendo: 65% para perda provável, 40% para perda possível e 10% para perda remota.

	2024	2023
Ações Judiciais Relacionadas a Sinistros/Benefícios	Quantidade	Valor
Perda Provável	2.025	355.629
Perda Possível	3.317	577.177
Perda Remota	2.174	562.053
Total	7.516	1.494.859

	2024	2023
Saldo no Início do Exercício	73.948.648	74.133.018
Constituições Decorrentes de Prêmios/Contribuições	16.410.547	16.410.540
Pagamento de Sinistros/Benefícios	—	(13.909)
Atualização Monetária e Juros	6.867.775	6.268
Resgates	(9.998.247)	—
Portabilidades Líquidas	(570.022)	—
Outras Constituições	—	13.649.570
Outras Reversões	—	(9)
Saldo no Final do Exercício	86.658.701	86.878.708

	2024	2023
Saldo no Início do Exercício	63.500.637	63.709.174
Constituições Decorrentes de Prêmios/Contribuições	12.102.815	12.107.572
Pagamento de Sinistros/Benefícios	—	(13.049)
Atualização Monetária e Juros	7.739.036	6.259
Resgates	(8.606.013)	—
Portabilidades Líquidas	(787.827)	—
Outras Constituições	—	12.195.157
Outras Reversões	—	(6)
Saldo no Final do Exercício	73.948.648	74.133.018

Na coluna de Outras Provisões estão demonstradas as movimentações de Provisões de Valores a Regularizar (PVR) e Provisões de Despesas Relacionadas (PDR/PDC).

24.7. Movimentação das Provisões Técnicas – Previdência Complementar
A movimentação das Provisões Técnicas – Previdência Complementar, registrada no passivo circulante e passivo não circulante, está assim apresentada:

	2024	2023
Saldo no Início do Exercício	11.299.859	11.528.968
Constituições Decorrentes de Prêmios/Contribuições	861.294	866.690
Aviso de Sinistros	—	5.151
Pagamento de Sinistros/Benefícios	—	(29.250)
Atualização Monetária e Juros	962.824	986.987
Resgates	(676.165)	(676.165)
Portabilidades Líquidas	161.694	161.694
Outras Constituições	—	130
Outras Reversões	(31.615)	(683)
Saldo no Final do Exercício	12.609.506	12.845.553

	2024	2023
Saldo no Início do Exercício	9.515.278	9.738.930
Constituições Decorrentes de Prêmios/Contribuições	723.952	739.845
Aviso de Sinistros	—	9.662
Pagamento de Sinistros/Benefícios	—	(32.812)
Atualização Monetária e Juros	1.189.164	1.204.740
Resgates	(599.678)	(599.678)
Portabilidades Líquidas	471.143	471.143
Outras Constituições	—	1.373.151
Outras Reversões	(40.815)	(1.316.077)
Saldo no Final do Exercício	11.299.859	11.528.968

Na coluna de Outras Provisões estão demonstradas as movimentações de Provisões de Valores a Regularizar (PVR) e Provisões de Despesas Relacionadas (PDR/PDC).

25 Tributos Diferidos

	Saldo 2023	Realização	Saldo 2024
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos Disponíveis para Venda	24.711	(24.711)	—
Total	24.711	(24.711)	—

A Seguradora realizou a baixa do diferido tributário passivo em virtude da variação do valor de mercado dos títulos disponíveis para venda.

26 Ativos Vinculados para Cobertura das Provisões Técnicas

	2024	2023
Provisões Técnicas	108.017.082	93.226.803
Deduções	(103.543.666)	(88.734.588)
Direitos Creditórios	(2.420.871)	(1.672.198)
Custos de Aquisição Diferido	(1.632.100)	(1.598.274)
Ativos de Resseguros Redutores de PSL	(34.364)	(38.012)
Ativos de Resseguros Redutores de IBNR	(4.618)	(4.170)
Aplicações em FIE's – Fase Diferimento/Benefício	(99.451.713)	(85.421.934)
Total a ser Coberto	4.473.416	4.492.215
Ativos Vinculados	152.978	157.043
Títulos de Renda Variável	4.139.168	4.324.354
Títulos de Renda Fixa – Públicos	447.686	585.196
Títulos de Renda Fixa – Privados	4.738.832	5.066.593
Total	266.416	574.378

27 Patrimônio Líquido

a) **Capital Social**
O capital social autorizado e integralizado em dezembro de 2024 e dezembro de 2023 é composto por 11.251.175 mil ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalizando R\$2.509.177.

b) **Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio**
Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido de cada exercício, depois da constituição da reserva legal.
Os dividendos são calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).
A Diretoria Executiva poderá propor, com parecer favorável do Conselho de Administração: (i) declarar dividendos à conta do lucro apurado em balanço semestral, (ii) determinar o levantamento de balanços trimestrais, bimestrais ou mensais e declarar dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do art. 182 da Lei nº 6.404/76, e (iii) declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas existentes no último balanço anual ou semestral.

Base de Cálculo dos Dividendos Mínimos Obrigatórios

	2024	2023
Lucro Líquido do Exercício	1.445.876	—
Constituição da Reserva legal	—	—
Base de Cálculo	1.445.876	—
Dividendos Mínimos Obrigatórios (25%)	361.469	—
Dividendos Propostos	1.084.407	—
Juros sobre o Capital Próprio	238.554	—
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Deliberados e Distribuídos:	1.322.963	—

	2024	2023		
Em Milhares	Em Reais por Ação Ordinária	Em Milhares	Em Reais por Ação Ordinária	
Dividendos (1)	1.081.446	0,0961	919.703	0,0817
Juros sobre Capital Próprio (1)	238.554	0,0212	230.297	0,0205
Total	1.320.000	0,1173	1.150.000	0,1022

(1) Deliberados pela Assembleia Geral Extraordinária de 02 de dezembro de 2024, apurados com base no resultado do exercício social de 2024, e pagos no dia 05 de dezembro de 2024.

(1) Deliberados pela Assembleia Geral Extraordinária de 04 de dezembro de 2023, apurados com base no resultado do exercício social de 2023, e pagos no dia 11 de dezembro de 2023.

c) **Reserva de Lucro**
A reserva de lucro é composta por reserva legal e reserva estatutária.
A reserva legal é constituída na forma prevista na Lei nº 6.404/76, sendo calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício limitado a 20% do capital social e poderá ser utilizada para compensação de prejuízos ou aumento de capital social. Em 2024 a Seguradora atingiu o limite da constituição da Reserva Legal conforme previsto na Lei.
A reserva estatutária é o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal e distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios.

O montante registrado nessa rubrica é de R\$1.086.394 em dezembro de 2024 e de R\$965.295 dezembro de 2023.

d) **Ajustes de Avaliações Patrimoniais**
Resultado do ajuste a valor justo dos instrumentos financeiros classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) em dezembro de 2024 e disponíveis para venda em dezembro de 2023.
O montante registrado nessa rubrica é de (R\$374.535) em dezembro de 2024 e de (R\$8.242) em dezembro 2023.

28 Resultado com os Principais Ramos de Atuação

28.1. Prêmios Ganhos
a) **Prêmios Ganhos Bruto de Resseguro**

	2024	2023
Ramos	Prêmios Ganhos	% Sinistralidade
Prestamista	2.084.612	9
Vida em Grupo	1.316.407	32
Acidentes Pessoais – Coletivo	1.528.877	11
Auxílio Funeral	216.252	6
Doenças Graves	179.787	14
Eventos Aleatórios	47.070	6
Vida Produtor Rural	46.740	11
Viagem	12.071	32
Demais Ramos	28	21
Cobertura de Riscos	37.888	1
Total	5.469.732	5.183.651

b) **Prêmios Ganhos Líquido de Resseguro**

	2024	2023
Ramos	Prêmios Ganhos	% Sinistralidade
Prestamista	2.081.663	9
Vida em Grupo	1.282.010	33
Acidentes Pessoais – Coletivo	1.526.101	11
Auxílio Funeral	216.252	6
Doenças Graves	179.787	14
Eventos Aleatórios	47.070	6
Vida Produtor Rural	44.605	7
Viagem	12.071	32
Demais Ramos	28	21
Cobertura de Riscos	37.888	1
Total	5.427.475	5.145.887

28.2. Sinistros Ocorridos

	2024	2023
Ramos	Sinistro Bruto de Resseguro	Sinistro Líquido de Resseguro
Prestamista	(192.023)	(191.479)
Vida em Grupo	(423.368)	(417.861)
Acidentes Pessoais – Coletivo	(171.224)	(164.518)
Auxílio Funeral	(13.894)	(13.894)
Doenças Graves	(25.409)	(25.409)
Eventos Aleatórios	(2.880)	(2.880)
Vida Produtor Rural	(5.217)	(5.217)
Viagem	(3.896)	(3.896)
Demais Ramos	(6)	(6)
Cobertura de Riscos	(251)	(251)
Total	(838.161)	(823.088)

28.3. Custos de Aquisição – Seguros e Previdência

	2024	2023
Ramos	Recursos Operacionais	Recursos Operacionais
Prestamista	(1.293.831)	(1.293.831)
Vida em Grupo	(548.186)	(548.657)
Acidentes Pessoais – Coletivo	(871.505)	(871.505)
Auxílio Funeral	(98.464)	(98.464)
Doenças Graves	(74.845)	(74.845)
Eventos Aleatórios	(20.761)	(20.761)
Vida Produtor Rural	(27.293)	(27.293)
Viagem	(4.308)	(4.308)
Demais Ramos	(25)	(25)
Previdência	(122.610)	(122.610)
Total	(3.061.828)	(2.801.337)

28.4. Outras Receitas e Despesas Operacionais

	2024	2023
Recursos Operacionais	Recursos Operacionais	Recursos Operacionais
Outras Receitas com Operações de Seguros	45.036	3.829
Outras Receitas com Operações de Previdência	29.250	3.546
Despesas Operacionais	(62.176)	(69.439)
Provisão/Reversão por Redução do Valor Recuperável	1.376	(1.546)
Despesas com Títulos de Capitalização	(13.923)	(18.945)
Despesas com Provisões	(10.554)	(8.411)
Outras Despesas com Operações de Seguros	(33.546)	(33.448)
Outras Despesas com Operações de Previdência	(5.528)	(7.089)
Total	(17.137)	(65.610)

29 Detalhamento das Contas de Resultado

29.1. Despesas Administrativas

	2024	2023
Pessoal Próprio	(128.391)	(124.903)
Serviços de Terceiros	(150.464)	(160.029)
Localização e Funcionamento	(33.628)	(34.922)
Publicações e Propagandas	(12.674)	(12.477)
Doativos e Contribuições	(9.510)	(12.504)
Outras	(11.978)	(7.408)
Total	(346.645)	(352.243)

29.2. Despesas com Tributos

	2024	2023
COFINS	(229.036)	(207.030)
PIS	(37.219)	(33.642)
Taxa de Fiscalização SUSEP	(5.888)	(4.840)
Outras	(10.784)	(7.042)
Total	(282.927)	(252.554)

29.3. Resultados Financeiros

	2024	2023
Recursos Financeiros	8.618.527	9.547.791
Títulos de Renda Fixa	589.159	537.466
Títulos de Renda Variável	9.324	13.571
Recursos com Créditos Tributários	6.983	9.098
Recursos com Depósitos Judiciais	(248)	1.082
Recursos com Fundos de Investimentos	7.992.553	8.960.044
Recursos Financeiros Eventuais	20.756	26.530
Despesas Financeiras	(8.141.230)	(9.074.556)
Títulos de Renda Fixa	(5.823)	(17.676)
Títulos de Renda Variável	(23.182)	(7.943)
Despesas com Fundos de Investimentos	(102.022)	(5.847)
Seguros Ramos Elementares e Vida em Grupo	(60.131)	(62.906)
Provisões Técnicas Vida Individual com Cobertura de Sobrevivência	(6.939.522)	(7.745.354)
Provisões Técnicas de Previdência Complementar	(986.017)	(1.205.267)
Impostos e Contribuições	(31.004)	(23.381)
Outras	(3.529)	(7.182)
Total	477.297	473.235

29.4. Resultado Patrimonial

	2024	2023
Resultado de Equivalência Patrimonial	349.427	298.048
Zurich Santander Brasil Seguros S.A.	2.174	5.955
Zurich Santander Brasil Odonto Ltda.	—	—
Total	351.601	304.003

29.5. Impostos e Participações sobre o Lucro

	2024	2023
Imposto de Renda	(347.164)	(310.679)
Contribuição Social	(218.892)	(199.030)
Participação sobre o Lucro	(20.890)	(21.881)
Total	(586.946)	(531.590)

30 Cálculo



Juntos protegemos o que mais importa

Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. | CNPJ/MF nº 87.376.109/0001-06

Conselho de Administração

Presidente Claudio Alberto Chiesa					
Conselheiros Efetivos		Conselheiros Suplentes			
Carmen Martinez Briongos Edeilson Viani Edson Luis Franco	Francisco de Asis Carrasco Bahamonde Francisco del Cura Ayuso Gustavo Alejo Viviani	Gustavo Bortolotto Sidemar Aparecido Spricigo	Ana Puche Lázaro Denis Ferro Junior Eduardo Alvarez Garrido	Eduardo Marcelo Feldman Maur Joaquin Pons Maicas	Maria Aranzazu Jorquera Vila Sven Feistel

Diretoria Executiva

Diretor Presidente Marcelo Malanga		
Diretor Financeiro Alejandro Gabriel Widder	Diretora de Controles Internos Fernanda Graziani	Diretor de Produto João Batista Mendes de Angelo

Comitê de Auditoria

Benildo de Araujo Costa	Flavio Roberto Andreani Perondi	Luiz Pereira de Souza
-------------------------	---------------------------------	-----------------------

Atuária Responsável Técnico

Marcia Moraes Ferreira – MIBA nº 2531

Diretor Responsável Técnico

Alejandro Gabriel Widder

Contadora

Ana Paula Lima Petri – CRC 1SP 267.635/O-1

Comitê de Auditoria

Ilmos. Srs. Membros do Conselho de Administração da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.
O Comitê de Auditoria ("Comitê") da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ("Seguradora"), instituído nos termos da regulamentação estabelecida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, composto por três membros indicados pelo Conselho de Administração, se reuniu em 2024 em 13 (treze) oportunidades.

O Comitê apoia o Conselho de Administração em suas atribuições de zelar pelas atividades, que têm como objetivo garantir o cumprimento das exigências legais e regulamentares, a integridade e qualidade das demonstrações financeiras, a qualidade, eficiência e eficácia do sistema de controles internos e de administração de riscos, o cumprimento de normas internas e externas, e a efetividade e independência das auditorias independente e interna da Seguradora. O Comitê atua por meio de reuniões com representantes designados pela Administração da Seguradora e/ou convocados para prestar informações e responder a questionamentos formulados pelos seus membros, e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidas, além de outros procedimentos que entenda necessários. Em 2024, o Comitê desenvolveu suas atividades com base em plano de trabalho elaborado nos termos do seu Regimento Interno, incluindo discussão com a Administração e com os auditores independentes sobre o tratamento das questões contábeis, de controles internos e conformidade mais relevantes, e sobre a apresentação das demonstrações financeiras e a análise dos relatórios dos auditores independentes sobre elas, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP. O Comitê realizou ainda reuniões com a Presidência executiva da Seguradora.

Suas avaliações baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos, de controles internos e *compliance*, e nas suas próprias análises. A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, é da Administração da Seguradora. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem

a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e conformidade. A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A auditoria interna auxilia a organização a realizar seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança. O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas. O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade das operações da Seguradora ou a fidelidade de suas demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria, consideradas as suas responsabilidades e limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A., a aprovação das demonstrações financeiras, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2025.

Membros do Comitê de Auditoria

Benildo de Araujo Costa
Luiz Pereira de Souza
Flavio Roberto Andreani Perondi

Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

Aos Administradores e Acionistas
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (Sociedade), em 31 de dezembro de 2024 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuariário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuariário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2024, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2025.

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 17º andar, parte 5,
Edifício Adalberto Dellape Baptista B32, Itaim Bibi, São Paulo-SP, CEP 04538-132
CNPJ 02.646.397/0001-19 – CIBA 105
Dinarte Ferreira Bonetti – MIBA 2147

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ("Seguradora" ou "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Ambiente de Tecnologia da Informação

A Seguradora é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em um complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança.

A avaliação da efetividade dos controles gerais de tecnologia é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida, uma vez que processos tecnológicos podem, eventualmente, ocasionar registro e processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras da Seguradora. Essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia para os sistemas considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Seguradora.

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas

Conforme divulgado na nota explicativa nº 24, em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possui saldos relevantes de provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguros, vida com cobertura de sobrevivência e de previdência complementar firmados. No processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido um julgamento profissional da administração na seleção das metodologias de cálculo das provisões técnicas estimadas com base em técnicas atuariais e das premissas, tais como, fatores de desenvolvimento de sinistros, taxas de desconto, tábuas de mortalidade, entre outros. Adicionalmente, a administração realiza o Teste de Adequação do Passivo ("TAP") com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das provisões técnicas. O TAP considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e

operacionais, despesas de liquidação de sinistros, conversão em renda, resgates, contribuições futuras, impostos diretos e pagamento de benefícios, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste, conforme descrito na nota explicativa nº 3.7.9.

A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela Administração na constituição de suas provisões técnicas e no teste de adequação de passivos foram considerados um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros ocorridos e não avisados e ao teste de adequação de passivos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos processos e controles relevantes; (ii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos utilizados na mensuração das provisões que envolvem técnicas atuariais; (iii) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela administração da Seguradora, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (iv) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (v) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; e (vi) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

• A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

• Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o (s) valor (es) fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descobrimos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2025.

Ernst & Young
Auditores Independentes S/S. Ltda.
CRC SP 034.519/O

Eduardo Wellichen – Sócio
Contador CRC SP 184.050/O

